

**ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE
RECURSOS HIDRICOS DO ESTADO DO TOCANTINS – CERH/TO**

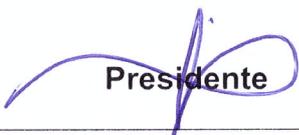
1 Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezesseis, às 14 horas e
2 trinta minutos, na sala de reunião da SEMARH, reuniu-se, ordinariamente, o
3 CERH/TO. Fica registrado a presença de: Vanessa Aires Sardinha Sousa
4 (Naturatins), Victor Hugo Martins Moraes (ATM), Waldeir Gama de Lima
5 (SEAGRO), Linda Marta Arantes Beirgio e Idiane Abreu Cabral (SEFAZ),
6 Wendell Soares Pachenco (SEDETUR), Ricardo Garbaccio (SEINF), Roberta
7 Mara de Oliveira Vergara (SEPLAN), Edna Moreira Soares e Bruna Rodrigues
8 Borges (SAÚDE), Sulamita Barbosa Carlos Polizel (PGE), Marli Teresinha dos
9 Santos e Jair Kennedy Félix Monteiro (MPE), Thiago Nilton Alves Pereira
10 (UNITINS), Jéssica Lopes Cuevas (Odebrecht), Carlos Ribeiro Soares (FAET),
11 Greyce Mara Labre Vaz (FIETO), Davis Miranda de Souza (CI-LAGO), Rodrigo
12 Martins Ribeiro e Carlos Danger Ferreira e Silva (CREA), Rodrigo Gomes
13 Rodrigues (AHITAR), Durval Ribeiro da Silva Júnior e João Carlos Lopes
14 (ONG). O Secretário Executivo Sr. **Aldo (Semarh)** fez a leitura da pauta: i)
15 Cerimônia de posse dos Conselheiros (mandato 2016/2017); ii) Análise da
16 indicação do Secretário Executivo; iii) Aprovação da Ata da 27ª Reunião
17 Ordinária; iv) Renovação das Câmaras Técnicas Permanentes; v) Análise de
18 proposta do Plano de Aplicação dos recursos do FERH - exercício 2016; vi)
19 Apreciação do Plano de Metas do Progestão exercício 2015. E dando
20 prosseguimento fez a leitura do Ato nº 345 – DSG, publicado no Diário Oficial
21 nº 4.583, de 18 de março de 2016, que dispõe sobre as indicações dos
22 conselheiros para o novo biênio. Após a leitura do ato a **Presidente** os
23 declarou empossados em seguida colocou em votação a indicação de Aldo
24 Azevedo para o cargo de Secretário Executivo do CERH, que foi aprovado por
25 17 votos favoráveis, nenhuma abstenção ou voto contrário. E dando
26 prosseguimento colocou em votação a Ata da 27ª Reunião Ordinária, que foi
27 aprovada. Na sequência a **Presidente** colocou em análise a composição das
28 Câmaras Técnicas Permanentes. Em seguida passou a palavra para **Aldo** que
29 agradeceu pela recondução como Secretário Executivo e explicou os objetivos
30 de cada câmara. Após as votações as CT ficaram com a seguinte composição:
31 Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos: FAET, PGE, CI Lago, SEMARH,
32 NATURATINS; de Águas Subterrâneas: SESAU, UNITINS, ODEBRECHT,
33 MPE, SEMARH, NATURATINS; de Acompanhamento da Aplicação dos
34 Recursos do FERH: MPE, AHITAR, SEDEN, SEFAZ, CI Lago, SEMARH,
35 NATURATINS; de Procedimentos de Outorga e Ações Reguladoras: FAET,
36 MPE, ODEBRECHT, CREA, SEAGRO, SEMARH, NATURATINS; do Plano
37 Estadual de Recursos Hídricos: ONG, UNITINS, ATM, AHITAR, SEAGRO,
38 SEMARH, NATURATINS. E deu prosseguimento à pauta e apresentou a
39 proposta do Plano de Aplicação dos recursos do Fundo Estadual de Recursos
40 Hídricos – FERH para 2016. O **Secretário Executivo** informou que o montante
41 de recursos para este ano será de 8.654.360,00 (oito milhões, seiscentos e
42 cinquenta e quatro mil e trezentos e sessenta reais) e que a responsabilidade
43 do Conselho é a priorização das ações para este ano, e que o órgão
44 responsável pela prestação de contas é o Tribunal de Contas do Estado. Em
45 seguida apresentou a proposta de ações. A conselheira **Marli (MPE)** lembrou
46 que ano passado foi retomado o fundo depois de três meses de suspensão do
47 qual foi retirado sete milhões do caixa e perguntou se o valor retornou aos
48 cofres do fundo, perguntou também se o valor citado para este ano é
49 orçamentário ou financeiro. O **Secretário Executivo Aldo** informou que é

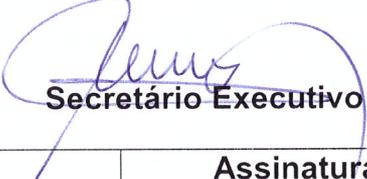
50 orçamentário, baseado nos repasses anteriores referente à compensação
 51 financeira pelo uso de recursos hídricos e respondeu que o fundo foi reativado,
 52 mas sem os recursos que foi retirado. A **Presidente** complementou dizendo
 53 que quando assumiu a gestão foi atrás desse recurso, e a justificativa dada foi
 54 que o mesmo foi utilizado para manutenção do Hospital Geral de Palmas. A
 55 conselheira **Marli (MPE)** perguntou qual o saldo do fundo. O **Secretário**
 56 **Executivo Aldo** respondeu que em torno de três milhões, pois faltou quitar
 57 umas parcelas referentes a convênios com a FAPTO e UNIRG e por isso
 58 passou um saldo para este ano. A conselheira **Marli (MPE)** ressaltou que com
 59 relação à compensação financeira que dá em torno de 0,54% da receita do
 60 estado, segundo dados de 2014 e na lei diz que 100% desse recurso deveria
 61 vir para o fundo, porém em reunião entre secretários de estado, na gestão
 62 anterior, ficou definido que 30% desse valor viria para o fundo e os outros 70%
 63 para o fundo de transporte, advertiu que isso foi um acordo, mas que não é o
 64 que diz a lei. Diante do exposto perguntou se com a extinção e retorno do
 65 fundo o valor a ser repassado será de 100% da compensação financeira ou
 66 permanecerá os 30%. O **Secretário Executivo Aldo** respondeu que continua o
 67 estabelecido na gestão anterior de 30%. O conselheiro **Davis (CI-Lago)**
 68 perguntou se a Câmara que faz o acompanhamento dos recursos do FERH
 69 deu algum parecer sobre o que está sendo apresentado. O **Secretário**
 70 **Executivo Aldo** respondeu que o plano tem que estar previsto no PPA e
 71 aprovado no exercício anterior e que essas ações não foram avaliadas pela
 72 Câmara, mas que será o papel da Câmara atual avaliar a execução das ações
 73 propostas. Em seguida continuou a apresentação da proposta. A conselheira
 74 **Marli (MPE)** pediu a palavra e lembrou que ano passado também participou da
 75 reunião de aprovação do plano de aplicação para 2015 e que nele havia muita
 76 previsão de recursos para despesas da Semarh e o que foi dito naquela
 77 reunião que foi aprovado e está em ata é de que este montante de recursos
 78 deveria ser o mínimo possível, pois teoricamente quem tem que pagar essa
 79 conta é o tesouro e os recursos do fundo são para gastos com recursos
 80 hídricos. Ressaltou que naquele ano os conselheiros entenderam que era um
 81 momento difícil, em função da crise financeira, mas que seria a exceção da
 82 exceção e que no próximo ano deveria reduzir ao máximo os recursos para o
 83 custeio da Secretaria. Chamou a atenção de que a proposta está muito alta.
 84 Ressaltou que sabe que depender de recursos da fonte 100 é difícil, mas que a
 85 Secretaria deve buscar se fortalecer dentro da estrutura do governo para
 86 reduzir essa necessidade de usar os recursos do fundo para manter o custeio.
 87 Finalizou dizendo que não sabe que esforço está sendo feito neste sentido e
 88 como estão prevendo isso. A **presidente** concordou com Marli e justificou que
 89 hoje a Secretaria não tem condições de bancar o custeio, especialmente as
 90 coisas básicas como combustíveis, diárias, manutenção da frota e que isso
 91 comprometeria os projetos de investimentos previstos no plano. Ressaltou que
 92 a capacidade do Estado em investimento é bem restrita, mas que a expectativa
 93 para este ano é de melhora em virtude de ações colocadas em prática pela
 94 Secretaria da Fazenda para melhorar a capacidade de arrecadação, além da
 95 negociação de dívidas ativas. Concluiu dizendo que se a Semarh não tiver
 96 esses recursos previstos nessa fonte e predefinidos para este custeio as outras
 97 ações serão comprometidas. Finalizou que sua intenção é que no futuro esse
 98 recurso seja investido em programas e projetos mais estruturantes. O
 99 conselheiro **Davis (CI-Lago)** disse que participou da reunião e que de fato
 100 houve essa discussão. Observou que das ações propostas somente duas não
 101 inclui recursos hídricos e que no seu entendimento o valor que não será

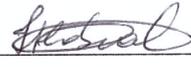
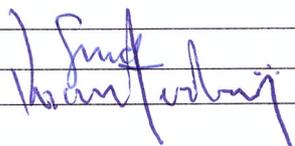
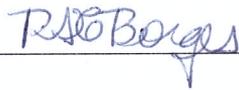
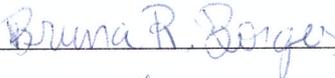
102 aplicado em recursos hídricos não é tão grande, assim, sugeriu discutir na
103 câmara técnica para separar custeio de investimento, para melhor
104 entendimento dos conselheiros e que poderia inclusive trabalhar com metas,
105 para que no ano seguinte a aplicação fosse maior até chegar ao plano ideal. A
106 **Presidente** justificou que parece cômodo colocar no fundo e não depender da
107 fonte 100, mas que muito pelo contrário o que essa gestão fez foi quitar as
108 dívidas passadas e o objetivo é manter a casa em dia, mas que não iria dizer
109 que está um mar de rosas, porque não está e a Semarh depende sim desses
110 recursos. O conselheiro **Durval (ONG)** disse que queria reforçar o que foi dito
111 no sentido de direcionar os recursos cada vez mais, em face das dificuldades e
112 que enquanto representante das ONG chama atenção que na proposta os
113 valores aplicados no projeto barrajinha e combate a incêndios representa 17%
114 do valor dos recursos do fundo. Os demais itens estão relacionados a estudos,
115 pesquisas que são fundamentais, pois sem pesquisa não se tem um norte a
116 seguir, mas ao mesmo tempo o meio ambiente e as populações estão carentes
117 e se o valor da brigada fosse dois milhões e seiscentos se teria um resultado
118 muito maior no sentido do combate a queimadas. Reiterou que é preciso ter
119 esse olhar para aumentar as atividades focadas nas questões ambientais e
120 diminuindo o custeio, para que os nossos ganhos em termos de meio ambiente
121 e em uma sociedade mais harmônica seja maior. Disse ainda que acredita que
122 o conselho tem essa função em que a sociedade possa ter conhecimento e
123 contribuir. Disse também que é sua primeira participação e clama para que de
124 mãos dadas possa se fortalecer para mais ações. Finalizou dizendo que os
125 17% é inexpressivo e que precisamos aumentar as ações. O **Secretário**
126 **Executivo Aldo** afirmou que todas as ações apresentadas são voltadas para
127 recursos hídricos e a única ação que não está diretamente vinculada a
128 atividade fim é essa relacionada à gestão da Secretaria. A **Presidente** citou
129 que além dos recursos do fundo tem também a fonte do PDRIS que é também
130 voltado para ações de meio ambiente e recursos hídricos. A conselheira **Marli**
131 **(MPE)** informou que precisará se ausentar, mas o suplente irá permanecer,
132 mas antes de sair pediu algumas definições para a plenária avaliar depois.
133 Disse que é justamente o que o conselheiro anterior falou, sobre a construção
134 de metas, ou seja, quanto está sendo usado para custeio e quanto que será
135 usado no próximo ano. Outra questão é quanto ao projeto do BNDES para o
136 Cadastro Ambiental Rural – CAR, quanto aos recursos do PDRIS somados aos
137 recursos do fundo, com as suas devidas ações acabam reduzindo
138 desmatamentos e conseqüentemente melhorando a quantidade e qualidade de
139 recursos hídricos. Em seguida disse que gostaria de pedir que houvesse um
140 planejamento para uma reunião do conselho onde se pudessem obter
141 informações financeiras e de execução das iniciativas financiadas pelo PDRIS,
142 CAR e FERH (Fapt, Fapto), justificou que com isso será possível saber o que
143 foi executado, quais os resultados e o valor gasto para execução. Informou que
144 está pedindo isso porque, principalmente, FAPT e FAPTO já estão em vigor há
145 dois anos, e quais são os produtos, qual a utilidade dos produtos, o que já foi
146 pago. Ressaltou que não pode ser somente relatórios, pois deve ter algo
147 prático. Salientou que a Ecológica começou no final do ano passado, mas já
148 deve ter tido desembolso e algumas ações. E o CAR e PDRIS que já tem 4
149 anos quais são os produtos. E perguntou o que disso foi entregue e vai
150 beneficiar os recursos hídricos. Finalizou alertando que essa prestação de
151 contas deve acontecer não somente do ponto de vista financeiro, mas também
152 de ações práticas. A **Presidente** agradeceu a contribuição de Marli. Em
153 seguida **Aldo** continuou a apresentação do plano. O conselheiro **Valdeir**

154 (SEAGRO) perguntou como é feita a prestação de contas e a fiscalização, citou
155 como exemplo a ação de revitalização do rio Gurupi, se a fiscalização é in loco
156 ou é relatório, em seguida solicitou disponibilizar esses dados aos
157 conselheiros. O **Secretário Executivo Aldo** informou que a prestação de
158 contas é fiscalizada pelo Tribunal de Contas e dentro do CERH é a Câmara
159 Técnica de Acompanhamento dos Recursos do Fundo, além disso, os
160 relatórios serão apresentados à plenária no final de cada exercício. Salientou
161 que qualquer tipo de convênio só se paga a segunda parcela se prestar contas
162 da primeira. Informou que quando é plano o produto é relatório. Informou que
163 todo convênio passa pelo crivo da PGE, CGE e depois TCE. Disse também
164 que cada contrato tem um fiscal. Após as explicações deu continuidade a
165 apresentação. O conselheiro **Davis (CI-Lago)** chamou a atenção que no plano
166 não está contemplado a semana da água e perguntou se é realizada com outra
167 fonte. O **Secretário Executivo Aldo** informou que sim é realizada com
168 recursos do Progestão. A questão gerou algumas discussões e ficou definido
169 inserir uma ação que contemple semana do meio ambiente, semana da água,
170 dia da árvore entre outros. Em seguida finalizou a apresentação do plano. A
171 **Presidente** perguntou se tinha mais algum questionamento, não havendo
172 colocou em votação. A proposta foi aprovada com 17 votos favoráveis, 1
173 abstenção e nenhum contra. Em seguida chamou a próxima pauta, apreciação
174 do Plano de Metas do Progestão, exercício 2015 e solicitou ao Aldo para
175 explicar o que é e porque é submetido ao Conselho. O **Secretário Executivo**
176 **Aldo** explicou que o Progestão é um programa do Governo Federal que
177 financia os estados para melhoria da gestão dos recursos hídricos. Ressaltou
178 que a validade é até 2018 e se o estado cumprir as metas de cada ano recebe
179 a parcela subsequente, portanto, será analisado o que foi executado em 2015
180 para receber a parcela de 2016. Disse que nesse primeiro momento será
181 complicado entender, devido à quantidade de dados técnicos, ressaltou que o
182 Conselho não faz papel de um conselho fiscal, mas a Agência Nacional de
183 Águas solicitou que o CERH seja interveniente nas ações de gestão de
184 recursos hídricos. Em seguida apresentou as metas, a avaliação e
185 justificativas. Findada a apresentação a **Presidente** perguntou se havia algum
186 questionamento e não havendo colocou em votação. O Plano foi aprovado com
187 doze votos a favor e duas abstenções. Em seguida declarou aberta a palavra
188 livre. O Conselheiro **João (ONG)** perguntou a quem se dirige para conseguir o
189 bônus do programa produtor de água. A **Presidente** esclareceu que o Projeto é
190 específico da bacia do Taquaruçu e sugeriu, pois o programa é complexo, que
191 o conselheiro procure os técnicos da Semarh para mais esclarecimentos. O
192 Conselheiro **João (ONG)** informou que fez um teste em duas propriedades no
193 município de Talismã cercando as nascentes e que o córrego que secava há
194 cinco anos já não seca mais e que isso é um termômetro e por isso perguntou
195 como proceder para participar do programa. A **Presidente** informou que o
196 projeto Taquaruçu é um piloto, mas a expectativa é que se tenha sucesso para
197 uma ampliação em outras regiões e o produtor possa contribuir com a
198 recuperação de nascentes em todo o Estado. O **Secretário Executivo Aldo**
199 solicitou aos conselheiros para não se assustarem com a quantidade de
200 assuntos tratados nesta reunião e informou que isso ocorre normalmente na
201 primeira reunião do ano e ressaltou a importância da participação dos
202 conselheiros e da importância da descentralização na gestão dos recursos
203 hídricos. A conselheira **Vanessa (NATURATINS)** comentou que o que foi
204 aprovado hoje foi referente há um ano inteiro de trabalho do Naturatins.
205 **Secretário Executivo Aldo** corroborou que isso reflete o que se evoluiu em

206 2015, ou seja, do acordo feito com a ANA e o que evoluímos em 2015 para
 207 fazer jus ao repasse em 2016. A **Presidente** frisou que o conselho é a vértebra
 208 de todo o Sistema de Recursos Hídricos e que tudo que é feito é consultado do
 209 Conselho e ressaltou que para isso funcionar é fundamental a participação de
 210 cada instituição. Em seguida agradece a todos em nome da Semarh e
 211 Naturatins e afirma que tem pessoas compromissadas com as ações e os
 212 projetos para que sejam executados da melhor forma e mais transparentes
 213 possível. Disse ainda, que é motivo de muita satisfação ter um conselho
 214 atuante e dizer em qualquer reunião ou evento que a gestão dos recursos
 215 hídricos no Tocantins é feita de forma transparente e participativa. Finalizou
 216 agradecendo a participação de todos e declarou encerrada a reunião.


Presidente


Secretário Executivo

Instituição	Nome	Assinatura
Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS	HERBERT BRITO BARROS	
	Vanessa Aires Sardinha Sousa	
Associação Tocantinense de Municípios - ATM	MAGDA RÉGIA SILVA	
	Victor Hugo Martins Morais	
Secretaria do Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária	WALDEIR GAMA DE LIMA	
	Marcus Carlos Costa Santos	
Secretaria da Fazenda	LINDA MARTA ARANTES BEIRIGO	
	Idiane Abreu Cabral	
Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Cultura	WENDELL SOARES PACHENCO	
	Graziela Macedo Cortez	
Secretaria da Infraestrutura, Habitação e Serviços Públicos	RICARDO GARBACCIO	
	Manoel Alves Cordeiro Neto	
Secretaria do Planejamento e Orçamento	RODRIDO SABINO TEIXEIRA BORGES	
	Roberta Mara de Oliveira	
Secretaria da Saúde	EDNA MOREIRA SOARES	
	Bruna Rodrigues Borges	
Procuradoria-Geral do Estado	SULAMITA BARBOSA CARLOS POLIZEL	
	Teotônio Alves Neto	
Ministério Público do Estado do Tocantins	MARLI TERESINHA DOS SANTOS	
	Jair Kennedy Félix Monteiro	
Comissão de Saúde e Meio Ambiente da A L do Estado do Tocantins	Dep. VALDEREZ CASTELO BRANCO MARTINS	
	Dep. Valdemar Rodrigues Lima Júnior	
Fundação Universidade do Tocantins – UNITINS	THIAGO NILTON ALVES PEREIRA	

Fundação Unirg - Centro Universitário Unirg	Nelita Gonçalves Faria de Bessa	
Odebrecht Ambiental	JESSICA LOPES CUEVAS	
	Paulo de Tarso Pereira Bandeira	
Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A	MIGUEL PINTER JÚNIOR	
	Mauricio Teles Azevedo	
Federação da Agricultura do Estado do Tocantins - FAET	CARLOS RIBEIRO SOARES	
	Daniel Bueno Dias	
Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins - FETAET	ANTÔNIA LEÃO DA SILVA	
	Maria Ednalva Ribeiro da Silva	
Federação das Indústrias do Estado do Tocantins - FIETO	GREYCE M. LABRE VAZ	
	Cristiane Souza dos Anjos	
Consórcio Intermunicipal para Gestão Compartilhada da Bacia Hidrográfica do Médio Tocantins - CI LAGO	DAVIS MIRANDA DE SOUZA	
	Marcos Aires Rodrigues	
Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia do Estado do Tocantins - CREA-TO	RODRIGO MARTINS RIBEIRO	
	Carlos Danger Ferreira e Silva	
Administração das Hidrovias do Tocantins e Araguaia - AHITAR	PAULO VINICIU MATOS BARRETO	
	Rodrigo Gomes Rodrigues	
Instituto Terra Sustentável	DURVAL RIBEIRO DA SILVA JÚNIOR	
Grupo Raiz da Terra	João Carlos Lopes	

Instituições Ausentes:

- ✓ Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Tocantins;
- ✓ Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Tocantins – FETAET.